

# PROBLEMAS SOCIAIS NA PARAÍBA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS GOVERNOS DE VENÂNCIO NEIVA E ÁLVARO MACHADO (1889-1895)

Liélia Barbosa Oliveira<sup>1</sup>

## A REPÚBLICA NA PARAÍBA

Na Paraíba a recepção da chegada da República em 1889, divide opiniões com relação ao envolvimento do estado no processo de participação direta do movimento republicano. Contudo a literatura mais tradicional afirma que a Paraíba ficou apática<sup>2</sup> ao processo em curso, sendo “pega de surpresa” com relação ao fim da monarquia e implantação da República. Esta noção advém da ideia que a Paraíba não participou ativamente do movimento republicano e nem teve, no interior da província um Clube republicano, um partido ou um jornal.

Não se pode negar a divulgação dos acontecimentos e ideias republicanas em jornais em circulação na Paraíba. Basta ver, por exemplo, o jornal Verdade que é declaradamente abolicionista, logo, não defende a monarquia o que sugere uma aproximação com ideias republicanas. Nesse sentido, podemos perceber que os leitores paraibanos estavam cientes dos fatos e acontecimentos em curso.

Contudo, os jornais de circulação na região, o Gazeta do Sertão e o Jornal Verdade, traziam informações com relação ao campo político e necessariamente sobre a efervescência da crescente onda Republicana Brasil afora. O que nos leva ao entendimento de que a Paraíba estava acompanhando a política nacional, portanto, estava de sobreaviso do processo em curso.<sup>3</sup>

A República na Paraíba, como nos indica Gurjão (1999)<sup>4</sup>, favoreceu ao desenvolvimento do mandonismo local exercido pela elite agrária que fortaleceu sua dominação e seu poder com o título de “Coronel”, expressando poder de mando, de guarda, de força política e econômica, e de dominação da terra e de quem dela sobrevive e vive. Fortalece, portanto, no plano da sociabilidade os laços de compadrio que cancelam o poder econômico instituído.

No plano político evidenciamos a parentela<sup>5</sup> que se tornará, na máquina estatal em formação, um recurso de manutenção do status político de perpetuação do poder e da formação da tradição política de revezamento familiar no domínio da “coisa pública”. A República vem com a ideia de poder do povo, e no caso brasileiro, na Primeira República (1889-1930), evidenciaremos, sobremaneira, a apropriação da autocracia agrária dessa instância de poder.

A prática exercida a partir dos laços de autoridade do poder local dos coronéis se evidencia na capacidade de angariar eleitores a partir do “voto de cabresto” ou do “curral eleitoral” que era garantido pelo coronel em seus jogos políticos como forma de

<sup>1</sup>Historiadora e Assistente Social. Professora do Curso de Serviço Social da UEPB, das Faculdades Integradas de Patos (FIP) e Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada (FACHUSST).

<sup>2</sup>Para maiores informações ler MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa, A União, 1982.

<sup>3</sup>Para maiores detalhes sobre a questão ver: GUIMARÃES, Romério Lima e GOMES, Iordan Queiroz. **Cultura política e (re)leituras do passado**: os jornais “Gazeta do Sertão” e “Verdade” na recepção das ideias republicanas na Paraíba (1888-1889). No prelo, 2016, 21pgs.

<sup>4</sup>Ver: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. GURJÃO; Eliete de Queiroz; ARAÚJO, Marta Lúcia Ribeiro de. et al. **A Paraíba Republicana: (1889-1945)**. In: **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999, p. 53-96.

<sup>5</sup>Ver: LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

demonstração de seu poder. Para tanto, seu poder se firmava a partir de funções que exercia na região como nos apresenta Gurjão (1999), que são “jurídicas, policiais, financeiras e **assistencialista**, exercidas pretensamente como favores”. Cabe destacar aqui o entendimento expresso pelo termo assistencialista. Entendemos que essa expressão denota a ideia em curso sobre o que denominamos de problemas sociais presentes na região na Primeira República.

É sabido que, o Brasil até fins da primeira metade do século XX tem sua economia baseada na cultura agrária, logo, a Paraíba, também tem sua base econômica advinda da agricultura, e sobremaneira permanece, assim, até início da segunda metade do século XX.<sup>6</sup> O que implica dizer que, o processo regional tem suas particularidades que apresentam uma dinâmica cultural, social, política e econômica peculiar a sua formação sócio-histórica apresentando, portanto, arranjos que devem ser compreendidos dentro dos marcos históricos regionais. Sendo assim, os problemas sociais, ou o que se denomina de questões sociais<sup>7</sup>, devem ser apreendidas dentro dos marcos histórico.

Mediante essa questão, a prática de tutela da pobreza se fez mediante laços de compadrio e de “amizade”, “bondade”, “favor”, “fidelidade” entre outros. Os trabalhadores ou populares moradores das áreas de “domínio” dos coronéis eram subjugados a essa grade de relações de exploração e subserviência a tais práticas.

A forma de assistir os pobres foi uma prática de reprodução das relações de dominação, em especial em uma região que tem em sua peculiaridade geográfica de clima árido e úmido, compondo seu território em grande extensão a região semiarida de vegetação caatinga, o que leva a ter períodos de grande estiagem, o que nos leva a entender que necessita de uma intervenção administrativa por parte do poder político e econômico instituído. Necessitando assim, de ações políticas para convivência com esta realidade geográfica da região. O que acontece é que esta realidade é usada pela política como forma de perpetuação do poder pela manutenção e reprodução da pobreza pela via do assistencialismo aos “pobres”.

Verificamos uma política que se utiliza dessefeto para permanecer no poder. Por um lado, adotando o assistencialismo como prática de “bondade”, “doação” e tutela da pobreza camuflando nessa preleção um interesse de subjugar, explorar e manter sob seu domínio um contingente de pessoas “comprometidas” com seus coronéis. E como benesses dessa ação têm a perpetuação e manutenção de seu poder político.

A assistência prestada vai desde a concessão de terras e moradias, muitas vezes precárias, e cabe dizer, que os moradores tinham que ceder parte do que produzia como pagamento pela concessão da terra, porém, visto como um “agrado” ao seu coronel. Também se concedia emprego na lavoura, ou na cidade, haja vista que, as cidades em ascensão foram sobremaneira sendo ocupadas por moradias de grandes fazendeiros que empregavam para lida diária em suas casas pessoas que estavam sob sua tutela. No âmbito da saúde, temos a assistência prestada em casos de adoecimento de seus tutelados. Já na área alimentar temos a facilidade na compra de alimentos para subsistência dentre outras concessões.

Na esteira destas questões, a República vem com a promessa de resolver algumas tensões do ponto de vista social. Em que proporção a República entende a questão social? Na realidade, o entendimento clássico dos problemas sociais se assenta na questão da relação provocada pelo embate entre capital e trabalho, necessariamente pensando os impactos

---

<sup>6</sup>Ver: GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

<sup>7</sup>Sobre a questão social o conceito mais difundido é som relação aos problemas sociais gerados pela relação capital trabalho, ou seja, são expressões sociais geradas dessa relação. Contudo, este conceito vem sendo aplicado necessariamente para se pensar à realidade social inerente as expressões geradas pelo processo industrial conforme a experiência européia o que no caso brasileiro deve sofrer flexibilidade haja vista a particularidade da formação sócio-histórica brasileira, em especial se tratando da região nordeste. Para melhor entendimento indicamos a leitura de IA MAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1999,

provocados pelo desenvolvimento citadino e os problemas oriundos dessa relação. Isto pensado efetivamente na Europa, berço do capitalismo e da industrialização. A nossa realidade impõe flexionar o entendimento dessa questão social brasileira que esta necessariamente, assentada no que nos indica Decca (2004), sobre a característica dos períodos colonial e imperial brasileiro que indicam um processo que se enquadra no desenvolvimento de bases capitalista, o que implica dizer que, a nossa questão social se inicia pela base agrária a elite formada no Brasil é de base agrária. Portanto, os problemas sociais no Brasil trazem essa característica, e de forma especial na região nordeste, e em destaque a Paraíba.

Gurjão (1999) ainda nos leva a entender que no início do século XX a Paraíba tinha um processo industrial incipiente em relação à projeção nacional relacionada à industrialização e de forma especial a formação da classe operaria. Cabe destacar que a nossa base industrial é toda relacionada à questão agrária, com a indústria têxtil e de beneficiamento do algodão.<sup>8</sup>

Cabe o questionamento de como os governos na Primeira República na Paraíba tratam os problemas sociais no âmbito estadual? Como a promessa Republicana de resolver os problemas sociais, políticos e econômicos é incorporada pelos primeiros governos republicanos na Paraíba? São questões que suscitam o debate e incorporam a nova releitura do passado, no sentido de compreender a proposta republicana e sua aplicabilidade pelos governos da Primeira República. Para isto, propomos, a priori, uma análise do período de 1889-1895, nos governos de Venâncio Neiva e Álvaro Machado. Sendo assim, segue a tentativa de apreender tais ações, ou a falta delas, no início da República na Paraíba.

## **PARAÍBA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: OS GOVERNOS DE VENÂNCIO NEIVA E ÁLVARO MACHADO**

O primeiro presidente da Paraíba Republicana foi o paraibano Venâncio Neiva que exerceu seu mandato de 1889 a 1891. Para muitos, Venâncio tinha afeição pela monarquia e foi indicado ao cargo por indicação dos irmãos João e Tude Neiva, bem como dos “amigos” gerais que detinham prestígio junto ao atual presidente Marechal Deodoro da Fonseca. Era natural da Paraíba, nascido na capital do estado, estudou no Liceu Paraibano e formou-se em Direito no Recife.

Com a chegada da República, aliou-se aos republicanos e logrou desta aliança a benesse de ser “convidado” a governar o Estado da Paraíba. Governou por dois anos e de acordo com Gurjão (1999), utilizou-se da máquina do Estado para empregar seus familiares e amigos, o que souu ameaçador para seus adversários e assim, conquistou antipatia política. Governou com o auxílio de Eptácio Pessoa que foi indicado como secretário-geral de governo. Em 1890, contudo, o futuro presidente da República ocupou uma cadeira na Assembleia Geral Constituinte, pela indicação de Venâncio o que o levou a ser o deputado da Paraíba mais bem votado.

Em sua administração, de acordo com Mello (1982), “organizou a política Estadual como que em regime de partido único, a que tiveram acesso todos quantos se dispunham a servir à República.” Competia ao Governador dirigir o processo de constitucionalização, e sendo assim, Venâncio Neiva o fez, ortogando e promulgando a Constituição paraibana em 1891 e ao mesmo passo convocou eleições para o Congresso Constituinte.

Nesse ínterim foi eleito o Governo provisório, como Governador constitucional que o que “não terá sido motivo de surpresa para ninguém”, haja vista que, nos preceitos Republicanos indicou-se a aclamação do “povo” ao nome do Governador, caso não existisse

---

<sup>8</sup>Ver: ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região:** tramas político-econômicas. Campina Grande: EDUFPG, 2006

poderia o Presidente do país indicar, o que foi feito na Paraíba, contudo, o processo de constitucionalização abriu a possibilidade de chancela por vias “mais legais” o que o Governador Venâncio Neiva aproveitou para se resguardar. No período em que permaneceu no governo conseguiu estruturar a oligarquia venancista que viria a compor a cena política da história da Paraíba na Primeira República.

No âmbito federal Deodoro foi substituído por Floriano Peixoto o que refletiu necessariamente na política paraibana. Mello (1999) esclarece que a Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso Nacional por repudiar a Constituição Federal, o que não agradou a muitos e o levou a decair sendo substituído pelo Marechal Floriano Peixoto, que imediatamente destituiu todos os governadores que apoiaram Deodoro direta ou indiretamente. Este foi o caso de Venâncio Neiva que se manteve frivolamente ao gesto de Deodoro, porém aos olhos de Floriano tal atitude não soou positivamente. Sendo assim, a Paraíba foi governada por uma junta governativa até a escolha do segundo Governador Republicano, que seria o Major do Exército Álvaro Lopes Machado.

Filho natural de Areia, Álvaro Lopes Machado, ingressou no exército em 1876, se formando em ciência física e matemática na escola militar em 1888. Assim como Venâncio Neiva, tinha tendências não republicanas, chegando ao poder da Paraíba por vias de indicação de seu tio que tinha uma aproximação com o Floriano Peixoto, governando de 1882 a 1886.

Como Governador, conforme aponta Mello (1982), Álvaro reorganizou constitucionalmente o Estado o governando com tranqüilidade, instituindo o Partido Republicano, assumindo a chefia se mantendo por 20 anos. Teve como aliado e vice-presidente o padre Valfredo Leal que na ausência quase constante de Álvaro assumia as responsabilidades governamentais do estado. Cabe levantar a hipótese que o sucesso e permanência da administração de Álvaro tenha se dado mais pelo esforço do padre Valfredo do que necessariamente pela presença e ações do governador.

Ao organizar a Assembleia Legislativa do Estado, aprovou uma Carta Magna que ficou em vigência por 38 anos. Através da aprovação da constituição, Álvaro foi eleito indiretamente para o cargo de Governador do Estado.

Dentre os feitos do governador estão às obras de reforma do Liceu Paraibano, investimentos no sistema ferroviário e rodoviário, instalou linhas telegráficas e criou a imprensa oficial. Politicamente os dos primeiros Governadores da República paraibana foram simpatizantes do sistema monárquico, sendo agraciados pelo regime Republicano apenas depois de sua inevitável existência, se beneficiando sobremaneira pelos laços de parentela que os tutelaram. Sendo assim, o comprometimento de ambos com as oligarquias se fazia notório, haja vista que, essa era a base de composição política presente no estado.

Cabe destaque para compreender que as ações políticas empreendidas para tratar os problemas de origem social de todo estado eram feitas tendo por base as oligarquias que tinham por prática o assistencialismo pautado no mandonismo local e na política do cabresto.

Venâncio Neiva e Álvaro Machado formam considerados de conduta ilibada que conduziram a vida pública do Estado com “dignidade” e “patriotismo”, sendo os fundadores da República paraibana e por suas condutas devem ter o “direito” ao respeito da “posteridade paraibana”. Nesses termos, Mello (1982) nos convida a referendar a importância de ambos para implantação do regime Republicano, convidando a manutenção da memória dos feitos políticos desses Governadores. É inegável que para a história da Paraíba esses nomes detêm um espaço da memória, contudo, almejamos flexionar o entendimento que se tem de seus feitos e das tramas de interesse que circundam tais atos do ponto de vista político.

## AS QUESTÕES SOCIAIS DA PRIMEIRA REPÚBLICA PARAIBANA: SOB O OLHAR DOS JORNAIS GAZETA DO SERTÃO E VERDADE.

Imputa destacar o valor documental que a fonte jornalística oferece ao fazer historiográfico. A bem dizer que, o documento produzido por um jornal não diz a verdade, mas, serve de base referente para se pensar na produção social, cultural, das relações de poder intrínsecas as instituições arraigadas no seio da sociedade. Sendo assim, tratamos esta fonte como elemento rico no fornecimento de possibilidades analíticas sobre a sociedade e temporalidade aqui destacada.

Convém aqui dizer que a fonte impressa, ou os jornais, de acordo com Luca (2008) apresenta um corpo de compromisso, jogos de interesse por vezes guiados por convicções e ideias apaixonadas sobre um determinado campo político, o que exige do pesquisador um olhar atento e flexível observando as teias sociais em que o documento foi gerido. Dito isto, cabe localizarmos os jornais aqui problematizados como fonte de pesquisa em nossa propositura.

O jornal *Gazeta do Sertão*, de Campina Grande, uma publicação semanal precisamente as sextas-feiras, o que indica que fazia um apanhado das notícias decorridas durante a semana, na tentativa de deixar o público leitor a “par” de todos os acontecimentos no âmbito local e nacional. Um órgão democrata, o que já indica uma afetuosidade as idéias progressistas em vigor no século XIX de aspiração Republicana. Seu raio de abrangência equivale à região da Borborema e Sertão, chegando a atender o Agreste e Cariri, indicando um acentuado público leitor do jornal.

O *Jornal Verdade* de Areia se declarava republicano, o que indica que circulava na Paraíba e seus leitores tinham contato com as ideias em vigor contrárias ao regime monarquista. Sugere que tinha um público adepto a tais ideias, haja vista que, o custeio de tal jornal advinha de seu público leitor.

Ambos os jornais são aqui tomados como indicadores de elementos que nos condicionam a pensar os problemas sociais no estado da Paraíba.

Como sugerimos os problemas sociais presentes na região da Paraíba, advem tanto da realidade natural, mas, principalmente do trato político dado a questão, em uma conjuntura histórica de trabalho relacionado a cultura agrária de base capitalista em processo de acumulação e desenvolvimento das forças produtivas que vão eclodir com o desenvolvimento industrial, a priori, de base agrária. Como aponta Gurjão (1999), nossa industrialização, se dá primeiramente pela via agrária no século XIX e só adere e se transforma em fim do século XX a um parque industrial citadino.

Nesses termos, cabe destacar a situação social presente na Paraíba em fins do período monárquico, que vai em grande medida ser utilizada como justificativa para os liberais de tendência republicana solicitarem o fim da monarquia dizendo que não respondia ou tratava essas questões devidamente. Com isso a adoção de um novo regime atentaria para tais problemas, haja vista que, a descentralização política possibilitaria a adoção da autonomia dos estados permitindo que os governos estaduais observassem as questões locais, logo, os problemas do estado.

Disso resultou uma nítida adesão, já percebida no ano que antecede a instalação da República, à necessária mudança de governo. *A Gazeta da Parahyba*, foi um dos primeiros jornais a defender a mudança de governo. Para isso, abriu uma Sessão Republicana dedicada exclusivamente a informar sobre o avanço do movimento republicano no Brasil. Em 15 de fevereiro de 1889, por exemplo, o periódico publica: “Democracia. Os que se sentem ainda dispostos a concorrer com o se o auxílio no intuito de impedir, que a Patria Brasileira continue a marchar vertiginosamente para o completo aniquilamento, devem-se convencer de que, só mediante reforma radical no systema de governo poderão obter o *seodesideratum*”.

Como nos informa a *Gazeta do Sertão*, foi igualmente a *Gazeta da Parahyba* primeiro órgão noticioso da Província a defender o Federalismo, um dos princípios caros à propaganda republicana veiculada Brasil afora.

A “Gazeta da Parahyba”, a que o editorial do semanário campinense louva à iniciativa de adesão à causa federalista, mostrou-se por muito tempo como um órgão independente em relação ao partido liberal e conservador, embora se posicionasse favorável as novas ideias que circulavam pelo Brasil. Era um jornal de “feição moderna e que exerceu grande ascendente sobre a opinião pública, mantendo-se em circulação até os primeiros anos da República”<sup>9</sup>. Foi, portanto, outro órgão divulgador das ideias políticas que ganhavam forma pelo Brasil nas décadas finais do regime monárquico<sup>10</sup>. O Jornal conclamava a todos que acreditavam ser “a democracia em sua mais genuína expressão” o único meio capaz de “erguer o Brasil do abatimento em que se achava com os governos da monarquia”<sup>11</sup>.

Comportamento parecido adotou o jornal Verdade ao fazer uma crítica a monarquia apresentando soluções ao problema da seca que se faz presente na região e não deixa de indicar a expectativa de que a República lançará mão na tentativa de solucionar a questão.

Estes tem sempre sido os meios de prestar socorro de que a monarchia soube lançar mão: mil vezes provada a inutilidade delles; mil vezes a monarchia a elles recorreu. [...] Desde que se diz seccadiz-se falta d’ agua; se Ella nos não cahe do alto, façamol-a brotar do baixo. [...] Faça-se brotar a agua do solo e as seccadesapparecerão. [...] No centro da província e limites do Rio Grande do Norte não se conta a menos com pastos para o gado e cavalgaduras e já umas famílias por aqui tem passado de retirada. Tantos males, que já podiam em grande parte esta sanados por parte dos poderes públicos com feitura de açudes e boas estradas que facilitassem as comunicações, são devidos ao nosso systema de governo – essencialmente centralista- e que tantos adeptos infelilmente ainda conta nas provincias do Norte.<sup>12</sup>

Quanto ao debate em torno do federalismo não demora a ganhar amplitude maior na Província. Irenêo Joffily, então deputado provincial, chegou a defender a ideia na assembleia por meio de um requerimento em que afirmava ser necessário que as províncias ganhasse maior autonomia<sup>13</sup>. Cabe lembrar, como fizera Carvalho (1990), que a solução federalista era uma ideia que advinha da opção republicana que circulava em os membros do Partido Republicano das principais províncias do Império, a saber, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul que defendiam uma aproximação com a República de inspiração norte americana. Esse grupo, formado em grande medida por proprietários rurais, defendiam o princípio federalista e criticavam a asfixia trazida pela centralização monárquica<sup>14</sup>.

Aqui na Paraíba a adoção do federalismo foi recepcionado positivamente pela elite que favoreceu o mandonismo local, acentuando ainda mais o poder dos coronéis e sua influencia política nas decisões dos rumos do estado. Gurjão (1999, pg. 54) em sua análise afirma que os princípios do federalismo dão liberdade aos estados para procederem de forma autônoma, o que significa “liberdade de ação para os políticos de cada Estado, ampliando suas prerrogativas de poder a nível local, permitindo-lhes consolidar o ‘coronelismo’ e reforçar a dominação dos grupos que comandavam a política local”.

<sup>9</sup> Ver: LEAL, José. Itinerário histórico da Paraíba. João Pessoa: Editora União, 1954. P. 313.

<sup>10</sup> Ver: RODRIGUES, Inês Caminha. **A gangorra do poder**. (Paraíba – 1889-1930). João Pessoa: Ed. Universitária, 1989.

<sup>11</sup> Vide *Gazeta da Paraíba*, Paraíba, 27 de jan. de 1889.

<sup>12</sup> Ver *Jornal Verdade*, Areia, Paraíba em 30 de maio de 1888.

<sup>13</sup> Quanto a atuação de Joffily enquanto parlamentar ver considerações de Melo (2011, p. 129).

<sup>14</sup> Ver: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 25.

Consideramos importante apontar alguns problemas que se apresentavam na Paraíba anteriormente ao Regime Republicano. Nessa proposta, trazemos trechos jornalísticos para compor esse cenário analítico. Assim a Gazeta do Sertão nos ajuda a compreender a questão. Vejamos:

Diante da fome, que tudo mata e aniquila, afugentam-se de repente os ódios políticos e agrupam-se os partidos em uma bandeira única a da caridade compreendida como a mais sublime dos deveres cívicos. [...] E evidente, em face da imminência do perigo, que não é possível se estenda bem longe, desde já, a influencia das medidas que reclamamos, forçosamente têm ellas de limitar-se á zona mais próxima da capital. A secca não é tão terrível pelos seus efeitos immediatos como por suas consequências tristissimas: entre essas compreende-se, logo a primeira vista, ser de todas a mais desastrosa a retirada em massa dos habitantes do alto sertão para a zona do littoral, a acumulação de famintos em villas e cidades, mesmo na capital, de proporções acanhadas e lutando por sua vez também, com identico mal a perseguir, em maior ou menor escala, aquelles que nellas residem e que, por isso, lhes são mais caros [...] Há annos que se reclama com instancia o prolongamento da via-ferrea “Conde d’Eu”, pelo menos, até esta cidade. Mas sempre surdo as supplicas do esquecido norte em particular nossa província, o governo, ao envez de tomar uma medida radical e de utilidade evidente, anda as apalpadelas concedendo pedaços de estrada de 2 e 3 leguas, que só o mérito tem de ridículo<sup>15</sup>

No trecho em destaque verificamos o acentuado processo de migração do interior para áreas mais centrais e litorâneas onde os investimentos do governo se apresentam com mais expressão. Seria a busca pela sobrevivência, a luta pela vida. O jornal destaca e clama ao governo imperial que prolongue os trabalhos da via férrea, haja vista que, este geraria emprego e evitaria que muitos dos populares ficassem a deriva e pudessem ser uma ameaça as populações das cidades as quais essa gente buscava abrigo. Isto por que a falta de emprego poderia levá-los a práticas subversivas a ordem e a caírem no universo da criminalidade.

Cabe destaque aqui a menção a ideia de “caridade”, que primeiramente é um princípio cristão e que é incorporado como uma “obrigatoriedade” humana dos mais abastados materialmente para com os pobres. Nesse caso, a caridade ganha notoriedade porque é um princípio que denota nobreza, bons sentimentos, compreensão social de sua responsabilidade diante da realidade dos seus “semelhantes”. E quem a pratica é bem visto perante a sociedade. Seriam os “homens de bom coração”. Neste caso a caridade estava ao associada ao dever de cidadão, um princípio cívico que estava atrelado as ideais República em voga.

Diante de tais prerrogativas, cabe compreender como a caridade, uma prática a priori, despreziosa de sentidos, aparentemente sendo utilizada como uma “elevação do espírito de bondade” de quem à pratica, termina por representar uma escolha política e sendo usada corriqueiramente como expressão das amarras clientelistas em que a população vai sendo “presa” em teias de compromisso no campo das relações afetuosas e morais.

Torna-se importante frisar que o fenômeno da seca não é a causa preponderante das mazelas sociais da região ou precisamente da Paraíba. Na realidade a falta da água acentua e evidencia as condições precárias que a população do campo vivia. Com a falta de tudo! A miséria e a subordinação do povo a estrutura de poder é algo sustentado pela elite agrária que sobrevive extraindo riqueza tendo por base uma mão de obra barata, onde o custeio se baseia na prática da “caridade”, da “bondade” do coronel. Assim a seca acentua as condições sociais de miserabilidade onde as questões sociais se apresentam dentro da conjuntura estrutural da sociedade, ou seja, ela esta estruturada política e socialmente. Isto pra dizer, que, para se entender a questão social na região, tem que considerar sua tradição política e cultural de formação sócio- histórica.

---

<sup>15</sup>Ver Jornal Gazeta do Sertão, A seccaimminete, 28 de setembro de 1888.

Então, o medo gerado pela vinda desse contingente de pessoas fez com que fossem propagadas pela imprensa matérias cobrando do governo imperial medidas que garantissem a paz e a tranquilidade, atingindo ambos os interesses, por um lado dos moradores das cidades que recebiam os contingentes de populares e por outro os populares que queria uma resposta positiva a sua situação de pobreza e calamidade.

Nesse sentido, politicamente o fato é utilizado como elemento de questionamento do Regime Monárquico o acusando de negligenciar a questão da região e suas intempéries, justificando, portanto, que novos tempos e um novo regime político pautados em ideias novas devem advir para solucionar tais problemas da região. Sobre isso o jornal da Gazeta do Sertão nos fornece a seguinte informação:

Eil-aahi temos, terrível e sem piedade, dura e cruel como a mão da fatalidade. **Do alto sertão já desce o povo a procura de saúde, de vida, de tudo.** O governo dessa terra desgraçada não pode nunca allegar, desta vez, que se achava desprevenido. Há muito brada-se de todos os angulos da provincia que a **miséria enfurecida vai tudo destruir entre nós**; a imprensa não tem cessado em reclamar providencias energicas no sentido de se suavisar um pouco a enormidade dos infortunios que vão pesar sobre nosso povo pobrissimo e tão digno de lastima; de nossas columnas temos, por varias vezes, chamado sobre o assumpto a atenção do administrador da provincia; mesmo fomos ao ponto de indicar-lhe as primeiras medidas que deviam ser tomadas. [...] Que morra, pois, á mingoa o povo parahybano; encham-se os caminhos, as estradas, as ruas das capitaes e mais cidades de cadáveres ambulantes; **de envolta com a poeira da terra durmam para sempre os abandonados da sorte; venham sacco de farinha, viveres, fazenda e mais generos; entregue-se tudo isso ás celebres commissões de socorro; erga o collo o roubo, a immoralidade, a prostituição; desçam para as cintas os punhaes afiados; polvora nos bacamartes, bandidos; ganhai a estrada, assassinai, incendiai tudo, saciai a fome, se não quereis morrer antes do tempo.**<sup>16</sup>

A chamada do jornal muito nos diz a respeito dos efeitos da falta efetiva de ações por parte do Império para com a população pobre sob seus “cuidados”. No primeiro destaque temos “Do alto sertão já desce o povo a procura de saúde, de vida, de tudo”, que indica a vinda de migrante em busca da sobrevivência em cidades que apresentam no cenário estadual melhor condições para se ganhar a vida. E nesse sentido, vão ajudando a compor a malha periférica destas cidades onde nada possuem a não ser a vontade de viver e sobreviver as intempéries de sua condição social. É tão preocupante para a elite intelectual e material que este processo ocorra que fica registrado na fala dos jornais como destaque que a “miséria enfurecida vai tudo destruir entre nós” a fala sugere que o medo de que essa população caia na mendicância e da criminalidade e, por consequência, pratiquem a delinquência nas cidades para as quais migraram. Isto se torna um problema de “ordem” e interesse público. Clama-se pela “administração” da pobreza por vias da caridade, por meios institucionais ou que o governo reprima possíveis atentados a ordem. O que se pretende é uma solução.

E, o jornal continua questionando o governo sobre a condução do problema. Vejamos:

Fosse nosso administrador experiente e pratico, tivesse o tino para comprehender o grandioso dever que lhe impunha a situação critica dessa pobre terra, por certo teria encontrado S. Ex. vastíssimo caminho onde colher abundante messes de louros. Lutar com a secca, minorar-lhe os funestos efeitos, senão debellar-a de todo, voar em socorro dos famintos e necessitados ir em auxilio da lavoura agonizante, sustar, por todos os meios, a morte e decadência de nossa industria pastoril, de que mais precisava um administrador intelligente para recommendar seu nome á benemerencia dos parahybanos? [...] Mas não; surdo a voz da imprensa que não se

<sup>16</sup>Ver Jornal Gazeta do Sertão, A seccaimminente, 19 de outubro de 1888.

cansou de reclamar providências, o jovem administrador, cedo entregue a homens peritos no manejo da intriga acanhado de vista e falta de ideias, cercado de conselheiros ainda mais atrasados, seídr.PedroCorreia só viu thiumphos nas pequenas misérias da baixa política da aldeia.<sup>17</sup>

É notória a reclamação e posicionamento da imprensa sobre a condução dada a questão por parte da administração que a tratava através exclusivamente do assistencialismo vinculada a caridade, não como uma responsabilidade administrativa.

Contudo, nos primeiros momentos da república o governo central demonstra certo interesse em conhecer os problemas das províncias do Norte em especial os decorrentes da seca e os efeitos que ela provoca. Para a imprensa se torna uma luz, para o encaminhamento e resolução da questão. Tem-se expectativas que o Venâncio Neiva, representante da República no estado, faça valer os ideias republicanas que entre tantas promessas de melhoria, a resolução das tensões sociais ganhava centralidade no momento de crise. O que do contrário seria uma frustração a não atenção com o caso, o que demonstraria uma desconfiança ao Regime recém instalado. Vejamos o que diz o Jornal:

Publicamos em outra secção um aviso ou acto do governo central, pedindo ao governador deste estado informações sobre a secca que tem assolado nossas regiões. E provavel as autoridades do estado fallem com a precisa clareza ao respectivo ministro, desde que vemos na cadeira do governador um cidadão intelligente e que, habitando, há muito, nas zonas sertanejas, justamente as mais assoladas, deve conhecer perfeitamente as necessidades do momento e bem pode indicar algumas medidas que acalmem os effeitos da crise terrível que conjuntamente atravessamos com a absoluta esterelidade do solo.[...] o estado da Parahyba do Norte marcha para um abysmo, se meios poderosos não a parecerem desde já que auxiliem os sertanejos a se procurarem modo de vida. Já por mais de uma vez havemos criticado o systemaimproductivo de se distribuir viveres, carne e farinha, a população indigente. Por mais longo que seja o período dessa distribuição, os viveres acabam um dia e o estado fica sempre a braços com os horrores da secca.<sup>18</sup>

O fragmento acima nos indica uma cobrança sistemática por parte do Jornal que representa uma elite intelectual, de soluções por parte do estado para os problemas sociais agravados com a seca que assolava a região, principalmente em um momento que se estrutura politicamente um novo regime, que ideologicamente se assentava em resolver os problemas locais a partir de sua autonomia política e administrativa.

Apesar disso, na mesma época, Venâncio afirmava: “continúa miséria resultante da sêca. Tenho procurado socorrer os indigentes como permitem as circunstâncias”<sup>19</sup>. Verificamos uma intervenção pelo governo de forma paliativa, que tende a resolver momentaneamente a questão em um momento de agravamento. Em termos de pensar uma cultura política que se instala no Estado nesse período, leia-se, uma tradição política que se apoiava nos princípios e ideias republicanas, não nos admira a “nota” de Venâncio em se mostrar como um administrador operoso, predisposto a continuar “resolvendo” os problemas advindos das questões climatéricas. Venâncio se dispõe a fazer com que o povo paraibano se aproxime do regime republicano e, paralelo isso, faz com que seu nome esteja encravado no rol de homens públicos que ascendiam politicamente com o Novo Regime.

Faz-se uma crítica as formas adotadas pelo governo central desde o Império com a prática de distribuição de alimentos, contudo, verificamos que esta prática não cessará nos anos iniciais da República, está associada a caridade e os laços de reprodução social do poder local.

<sup>17</sup> Ver Jornal Gazeta do Sertão, Campina Grande, Paraíba em 11 de janeiro de 1889.

<sup>18</sup> Ver Jornal Gazeta do Sertão, Campina Grande, Paraíba em 03 de janeiro de 1890.

<sup>19</sup> Gabinete do Governador do Estado da Paraíba, datada de 26 de fevereiro de 1890.

Apesar dos registros oficiais até a presente pesquisa analisados, os documentos não nos dar maiores detalhes sobre quais medidas efetivas os governos em questão tomaram para resolver os problemas sociais da Província, como previa a propaganda republicana. Contudo, sabe-se que já nos primeiros anos da década de 1890, a impressão de muitos contemporâneos era de que: “A administração estadual conseguira a recuperação, tirando-o da anarquia que reinava neste particular [...]. A ordem pública estava firmemente assegurada, as atividades agro-pecuárias se desenvolviam normais, deixando prever que a Paraíba marchava para uma fase de engrandecimento”<sup>20</sup>.

A citação indica que os governos iniciais da primeira República adotam medidas de contenção dos problemas presentes no estado estabelecendo a ordem pública, o que a nosso ver subentende-se, que a “administração” da pobreza pela via da adoção de uma prática assistencialista, de base caritativa com doações de alimentos, o que figura uma medida paliativa para a resolução das tensões sociais em que o estado estava submerso. Contudo, como as medidas não foram incorporadas a uma política estatal bastava à ameaça da estiagem e os problemas retornavam a cena política e social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há de se afirmar que as questões sociais na Paraíba estavam relacionadas a sua estrutura política e econômica incipientes que mostrava-se incapaz de resolver os problemas da fome, da falta de trabalho, da saúde da população, notadamente de parte significativa da população situada nas zonas que mais sofriam com as longas estiagens, a exemplo do sertão. Isso mostra que na medida em que os jornais iam apontando os problemas existentes na província, detectavam que muitos advinham da forma como a centralização administrativa do regime monárquico asfixiava a província impedindo que medidas mais enérgicas fossem tomadas. Essa ideia fez surgir certo apressamento pelas ideias republicanas, dentre elas aquela relacionada ao princípio do federalismo que visava dar maior autonomia a província.

Esse quadro acabou por criar no governo republicano, que se formou no estado, uma predisposição em resolver tais questões, embora, como se detectou, muitos das medidas adotadas eram fortemente criticadas pela imprensa, fato que não impedia que o governo continuasse a mostrar que estava empenhado na resolução de tais problemas. Neste caso, temos a vista bons indícios para pensar como os primeiros governos da Paraíba republicana usaram tais medidas como instrumentos de propaganda e promoção de suas imagens e de seus governos. O texto aqui proposto não encerra em si o debate da questão, pelo contrário, se apresenta pretensamente como um ensaio para o debate sobre o tema proposto. A nossa curiosidade segue aguçada, a pesquisa continua.

---

<sup>20</sup>Ver: LEAL, José. **Itinerário histórico da Paraíba**. João Pessoa: Editora União, 1954.